

Programa **FAZENDO JUSTIÇA**

O programa Fazendo Justiça atua para a superação de desafios estruturais do **sistema penal e do sistema socioeducativo** a partir do reconhecimento do estado de coisas inconstitucional nas prisões brasileiras pelo Supremo Tribunal Federal. Trata-se da continuidade de parceria iniciada em 2019 entre o Conselho Nacional de Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com importante apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e outras colaborações envolvendo o setor público, o setor privado e a sociedade civil.

O programa compreende um plano nacional com **28 ações** para as diferentes fases do ciclo penal e do ciclo socioeducativo, adaptado à realidade de cada unidade da federação com o protagonismo dos atores locais. As ações reúnem as melhores práticas de diferentes gestões do CNJ e se desdobram em apoio técnico, doação de insumos e articulação institucional.

O público-alvo do programa inclui beneficiários de nível inicial – **Judiciário** e atores do sistema de Justiça Criminal – e de nível final – **cerca de 800 mil pessoas no sistema prisional e 140 mil adolescentes** no sistema socioeducativo, nos meios aberto ou fechado.

Por seu caráter abrangente, o programa está alinhado a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em especial, o **Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes**.



CNJ em parceria com o **PNUD** e apoio do **Ministério da Justiça e Segurança Pública**



Superação de **desafios estruturais** no campo da privação de liberdade e da responsabilização



Atuação junto a tribunais locais a partir de **32 planos executivos** customizados (justiça estadual e justiça federal)



Apoio técnico de **especialistas** das Nações Unidas



Ações e indicadores bem definidos



O Fazendo Justiça fomenta o protagonismo de cada ator-chave para incidências a partir de evidências do que realmente funciona

Ciclo da responsabilização (sistema prisional e sistema socioeducativo)



Impactos



Confira as

28 ações

simultâneas

para **resultados transformadores**

PROPORCIONALIDADE PENAL



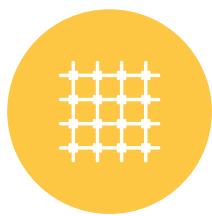
1

ALTERNATIVAS PENAIS



2

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA



3

CONTROLE DA SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA



4

JUSTIÇA RESTAURATIVA



5

CENTRAL DE VAGAS OCUPAÇÃO TAXATIVA DE VAGAS



6

APERFEIÇOAMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO SOCIOEDUCATIVO



7

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO A ADOLESCENTES PÓS-CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA



8

IMPLEMENTAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E DIFUSÃO DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO INTEGRADO (NAI)



9

DISSEMINAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO



10

FORTALECIMENTO E ACESSO A PROGRAMAS DE PROFISSIONALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM NO SOCIOEDUCATIVO



11

PLANO NACIONAL DE FOMENTO À LEITURA



12

FORTALECIMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS SOCIAIS



13

PLANO NACIONAL DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA



14

FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA EXECUÇÃO PENAL



15

PLANO NACIONAL DE FOMENTO AO ESPORTE E AO LAZER NO SISTEMA PRISIONAL



16

QUALIFICAÇÃO DAS INSPEÇÕES JUDICIAIS E ENFRENTAMENTO À TORTURA NOS AMBIENTES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE



17

ESTRATÉGIA JUDICIÁRIA PARA FORTALECIMENTO DA PNAISP



18

IDENTIFICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO CIVIL



19

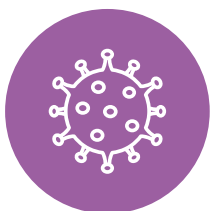
SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU)

SISTEMAS E IDENTIFICAÇÃO CIVIL



20

FORTALECIMENTO DOS GMFs



21

COVID-19



22

EQUIPES PSICOSSOCIAIS NO PODER JUDICIÁRIO: ATUAÇÃO EM REDE NAS POLÍTICAS PENAIS E SOCIOEDUCATIVAS



23

SISTEMAS ELETRÔNICOS DO DMF E AS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE



24

DIVERSIDADE NA ASSISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA EM UNIDADES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE



25

ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS E RESTAURATIVIDADE NO PODER JUDICIÁRIO



26

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS



27

MUTIRÃO CARCERÁRIO ELETRÔNICO



28

DIÁLOGOS POLÍCIAS E JUDICIÁRIO

SOCIOEDUCATIVO

CIDADANIA

GESTÃO E AÇÕES TRANSVERSAIS

Política penal e egressos

- ▶ **Audiências de custódia** fortalecidas nas 27 UFs
 - ▶ Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada inaugurados ou otimizados em **21 capitais**
 - ▶ Redução de **7%** na conversão de prisões preventivas (2020)
 - ▶ Aumento de **17%** em encaminhamentos sociais (2020)
 - ▶ Conhecimento técnico atualizado em **22 novas publicações**, incluindo traduções para inglês e espanhol
- ▶ Fortalecimento de políticas de **alternativas penais** e de **monitoração eletrônica** – uniformização de regras, produção de conhecimento, capacitações e facilitação para novos serviços
- ▶ Implantação de **10 núcleos** de Justiça Restaurativa
- ▶ **28 Escritórios Sociais** inaugurados em **19 UFs**
- ▶ **Escritório Social Virtual** com mais de **4 mil** usuários
- ▶ Plataforma **Rede Nacional de Atenção a Pessoas Egressas** em construção. Raesps impulsionadas em **6 UFs**
- ▶ Fortalecimento de **Conselhos da Comunidade**
- ▶ Construção de políticas judiciais de **leitura, esporte e lazer, trabalho e geração de renda**.
- ▶ Parcerias em andamento para **fortalecimento e financiamento de políticas locais**
- ▶ Mais de **150 parceiros locais e nacionais articulados para emissão de documentos** com confirmação da identidade civil.
- ▶ Na **porta de saída**, mais de **3,6 mil** documentos emitidos em **16 estados**, com facilitação via SEEU

Política socioeducativa

- ▶ **Serviços desenvolvidos nas UFs** (entre implantados, em negociação ou em atualização metodológica)
 - ▶ Central de vagas: **20**
 - ▶ Programa pós medida socioeducativa: **19**
 - ▶ Núcleo de Atendimento Integrado: **22**
 - ▶ Audiência concentrada: **13**

Sistemas

- ▶ **Execução penal integrada**
SEEU nacionalizado com **1,3 milhão** de processos em tramitação. Novas funcionalidades e integração entre diferentes atores da Justiça Criminal
- ▶ **Plataforma Socioeducativo e CNIUPS**
A Plataforma em desenvolvimento revoluciona a tramitação dos processos de apuração de ato infracional e execução de medida socioeducativa, com **maior agilidade e confiança em dados**.
O novo CNIUPS melhora procedimentos de inspeções, com foco na qualificação do sistema socioeducativo.

Ações transversais

- ▶ **Adequação de sistemas do DMF** em andamento - atendimento a normativas do CNJ sobre **populações específicas** e **Recomendação 62** (Covid-19)
- ▶ **Monitoramento** e sistematização de dados sobre Covid-19 - mais de 100 boletins veiculados (com casos/mortes e informações prestadas pelos GMFs)
- ▶ Apoio técnico a tribunais para acompanhamento e fiscalização de condições locais, inclusive incentivo a **testagem e vacinação**

E mais

- 44 produtos de conhecimento** lançados + 4 sumários executivos traduzidos em 3 idiomas
- 32 normativas** publicadas
- + de 42 mil pessoas** capacitadas em eventos ou missões
- 281 eventos** realizados (presenciais ou online)
- 3,3 mil matérias** publicadas sobre o programa ou temas por ele induzidos

Apoio



Realização

